

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.625 - PT (2019/0153781-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE ALBUFEIRA - JUIZ 1
INTERES. : WANDERLUCIO JORGE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de WANDERLUCIO JORGE DE OLIVEIRA de sentença que o condenou pela prática de crime de violência doméstica.

A intimação prévia foi efetivada, conforme o documento postal de fls. 41-42. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 43).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, requer a concessão dos benefícios de justiça gratuita e sua própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Solicita que a intimação seja realizada por oficial de justiça.

Afirma que a carta rogatória não veio pelas vias consulares, não estando suprida a necessidade do carimbo do cônsul brasileiro (fls. 47-51).

Por fim, argumenta que inexistente interesse de agir do Estado requerente, pois o não cumprimento da condenação pelo interessado não produzirá nenhum efeito jurídico, já que eventual pedido de extradição que venha a ser posteriormente formulado encontrará óbice no art. 5º, da CF. No mérito, pede que seja negado o pedido de concessão do *exequatur*.

O Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem – visto que a diligência não ofende a ordem pública ou a soberania nacional, estando consumado o objeto da diligência – e pela devolução dos autos à origem (fl. 53).

É o relatório. Decido.

De início, **defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

Cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o

Superior Tribunal de Justiça

que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a tradução por profissional juramentado no Brasil e, nos presentes autos, os documentos que acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

Ademais, apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Quanto à ausência de interesse de agir, o pedido do Juízo rogante refere-se tão somente à notificação do interessado para ciência da sentença, e não à extradição do nacional. A alegação, portanto, é impertinente.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Diante do êxito na intimação pessoal da parte interessada (fls. 41-42), considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Confira-se o seguinte precedente da Corte Especial:

AGRAVO INTERNO NA CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA, VIA POSTAL. AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Como a parte Interessada assinou o aviso de recebimento da intimação prévia, conclui-se que esteja ciente da notificação objeto da rogatória, uma vez que acompanhada de cópia integral dos autos.

2. Consumada a diligência requerida, desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal, motivo pelo qual eles devem ser devolvidos à Justiça rogante, por intermédio da autoridade central competente.

3. Agravo interno desprovido. (AgRg na CR n. 11.262/EX, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 14/9/2017, grifei.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 216-X do RISTJ, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante por intermédio da autoridade central competente, independentemente do trânsito em julgado.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

